

UM ESTUDO GRAMATICAL DA GÍRIA SOB A ÓTICA DOS MANUAIS DE GRAMÁTICA E DICIONÁRIOS

A GRAMMATICAL STUDY OF THE GYRIER UNDER THE OPTICS OF
THE GRAMMAR AND DICTIONARY MANUALS

UN ESTUDIO GRAMATICAL DE GIA BAJO LA ÓSTICA DE LOS
MANUALES DE GRAMÁTICA Y DICCIONARIOS

*Rodrigo Mazer ETTO**
*Valeska Gracioso CARLOS***

Resumo: Partindo da necessidade de uma maior conscientização sobre os efeitos nocivos de uma política linguística brasileira, que prega uma prática monolíngue por meio da prescrição da norma padrão, e que, por desconsiderar o aspecto heterogêneo das línguas, favorece a ocorrência de atitudes de discriminação e preconceito linguístico, o objetivo deste artigo, utilizando a metodologia de revisão bibliográfica, é propor uma reflexão sobre as variações linguísticas conhecidas como gírias (CABELLO, 1991; PRETI, 1984, 1998; SERRA, 2005), através das definições de gíria de alguns gramáticos e dicionários de Língua Portuguesa (CEGALLA, 1985; BECHARA, 1999; MICHAELIS, 2008; HOUAISS, 2009). Também serão analisadas as teorias de alguns estudiosos sobre o fenômeno do preconceito linguístico (BAGNO, 2004; MONTEIRO, 2000), em relação às variedades de língua que fogem à regra imposta pela norma culta e padrão (BAGNO, 2002; FARACO, 2002, 2008).

Palavras-chave: Gramática; Norma Padrão; Gíria; Preconceito; Monolinguismo.

Abstract: Starting from the need for greater awareness of the harmful effects of a Brazilian language policy, which preaches a monolingual practice through standard standard prescription, and that, by disregarding the heterogeneous aspect of language, favors the occurrence of discrimination and prejudice attitudes language, the purpose of this article, using the methodology of literature review is to propose a reflection on the linguistic variations known as slang (CABELLO, 1991; PRETI 1984, 1998, SERRA, 2005), through the slang definitions of some grammarians and dictionary Portuguese (CEGALLA, 1985; BECHARA, 1999; MICHAELIS, 2008; HOUAISS, 2009). Will also be analyzed the theories of some scholars on the linguistic discrimination phenomenon (BAGNO, 2004; MONTEIRO, 2000), in relation to

* Licenciado em Letras - Português e Inglês; Especialização em Língua Portuguesa e Literaturas; Mestrando do Programa de Pós-Graduação em estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Contato: etto.rodrigo@gmail.com.

** Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação em estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Contato: vgracioso@uol.com.br.

language varieties that are beyond the rule imposed by the cultured and standard standard (BAGNO, 2002; FARACO, 2002 2008).

Keywords: Grammar; Standard Standard; Slang; Preconception; Monolinguisism.

Resumen: A partir de la necesidad de una mayor concientización sobre los efectos nocivos de una política lingüística brasileña, que predica una práctica monolingüe por medio de la prescripción de la norma estándar, y que, por desconsiderar el aspecto heterogéneo de las lenguas, favorece la ocurrencia de actitudes de discriminación y preconceito lingüístico, el objetivo de este artículo, utilizando la metodología de revisión bibliográfica, es proponer una reflexión sobre las variaciones lingüísticas conocidas como jerarquías (CABELLO, 1991; PRETI, 1984, 1998; SERRA, 2005), a través de las definiciones de jerga de algunos gramáticos y diccionarios de Lengua Portuguesa (CEGALLA, 1985; BECHARA, 1999; MICHAELIS; , 2008, HOUAISS, 2009). En el caso de las variedades de lengua que huyen de la norma impuesta por la norma culta y estándar (BAGNO, 2002, FARACO, 2002, 2008, se analizarán las teorías de algunos estudiosos sobre el fenómeno del prejuicio lingüístico (BAGNO, 2004; MONTEIRO, 2000).

Palabras clave: Gramática; Norma estándar; Argot; Preconceito; Monolinguisismo.

Introdução

O papel da língua é fundamental nas relações humanas, considerando-se que qualquer sociedade depende da língua para divulgar suas informações, para construir um sistema literário e cultural, para desenvolver tecnologias, enfim, para perpetuar-se. De acordo com Émile Benveniste (1989) a língua torna possível a sociedade, fundamenta todas as relações sociais e possibilita a interação entre o indivíduo e o seu meio social. Para esse linguista não se pode dissociar a estrutura interna da língua dos aspectos externos, pois a estrutura interna está intimamente ligada ao aspecto social, indicando que a linguagem sempre se realiza dentro de uma língua, inseparável de uma sociedade.

A perspectiva de língua como interação social, também é defendida por Mikhail Bakhtin (1995), que a vê como uma atividade que proporciona uma interação entre os falantes, que leva em conta os sujeitos e o espaço social de sua produção, e considera a língua um produto da vida social, não estático, em constante processo de desenvolvimento e que segue a evolução da sociedade. Esse autor pretende entender o exercício da linguagem humana por parte dos

indivíduos que a utilizam, sendo para ele, o exercício da fala, o único objeto real e material para entender a linguagem humana, pois a língua falada nas ruas, no comércio, nas casas e repartições é o que existe de mais consistente, materialmente falando, para o estudo da língua. Para essa concepção de língua como interação, o falante, ao usar a língua, não somente exterioriza seu pensamento ou transmite informações, mas também realiza ações e atua sobre o interlocutor, seja ele um leitor ou ouvinte.

As sociedades aceitam ou rejeitam determinados usos linguísticos, pois é através da língua que os falantes revelam suas visões de mundo em suas comunidades, e tais visões, muitas vezes, contrariam interesses hegemônicos e dominantes.

Segundo Faraco (2008), uma característica de todas as línguas é a capacidade de sofrerem variações, pois uma língua é constituída por um conjunto de variedades, sendo que o rótulo de variação linguística engloba coisas muito diferentes, como a variação dialetal de pronúncia, como na fala baiana, na gaúcha e outras, incluindo também as gírias, que são variações da língua relacionadas ao contexto cultural, econômico, político e social.

Silva e Moura (2000) confirmam o caráter intrínseco das variações linguísticas

[...] a variação é inerente às línguas, porque as sociedades são divididas em grupos: há os mais jovens e os mais velhos, os que habitam numa região ou outra, os que têm esta ou aquela profissão, os que são de uma ou outra classe social e assim por diante. O uso de determinada variedade linguística serve para marcar a inclusão num desses grupos, dá uma identidade para seus membros (SILVA E MOURA, 2000, p. 27-28).

Segundo a Sociolinguística, variação linguística é a forma diversificada de um indivíduo se expressar, influenciada por variáveis linguísticas e sociais, isto é, por fatores ligados ao falante, ao grupo a que ele pertence, à situação de uso da língua; e também por fatores como o gênero do falante, sua faixa etária e nível de escolaridade.

Em seus estudos sobre a relação do aspecto social com as línguas, William Labov (2008, p. 313) afirma que “a variação social e estilística pressupõe a opção de dizer a mesma coisa de várias maneiras

diferentes, isto é, em valor de verdade, as variantes são idênticas, mas se opõem em sua significação social e/ou estilística”.

A falta de compreensão dos fenômenos da variação linguística é responsável por crenças e valores equivocados, como por exemplo, a que desconsidera a heterogeneidade da língua, colaborando para atitudes que reforçam o ideal monolíngue, o qual tem como principal efeito o surgimento de atitudes discriminatórias e do preconceito linguístico. No uso das variações linguísticas os falantes retratam seus valores socioculturais, suas ideologias, necessidades e anseios particulares e coletivos.

Mussalin e Bentes (2009) acreditam que toda língua falada no mundo está em constante processo de variação e mudança, as quais não são sentidas imediatamente pelos falantes, devido a essas transformações serem lentas e graduais.

Utilizando a metodologia de revisão bibliográfica, em que serão levantados apontamentos de alguns teóricos que tratam dos temas de padronização da língua, gíria e preconceito linguístico, este trabalho se divide em quatro partes, sendo que a primeira oferece a visão de alguns teóricos sobre conceitos de norma culta e norma padrão; a segunda parte apresenta definições de alguns pesquisadores sobre o fenômeno do preconceito linguístico em relação às variações linguísticas que fogem à regra do ideal monolíngue, baseado na norma padrão; a terceira traz uma breve abordagem da gíria segundo alguns gramáticos e dicionários e a quarta parte realiza uma discussão e análise sobre a maneira que essa variação é abordada em alguns manuais de gramática e dicionários de língua portuguesa.

I Norma padrão e norma culta

Tanto as gírias quanto as demais variedades linguísticas convivem paralelamente e conflituosamente com a norma culta e com a norma considerada padrão.

Faraco (2008) afirma que uma língua é constituída por um conjunto de variedades, não sendo apenas uma unidade da linguagem, e sim uma entidade cultural e política. Essa concepção de língua confere com a definição de norma dada por Coseriu (1973, *apud* CARVALHO, 2003, p. 65) que define essa expressão como aquela de “*como se diz*” e não a de “*como se deve dizer*”. De acordo com esse

pensamento pode-se considerar norma como um conjunto de fatores linguísticos que caracterizam o modo como normalmente falam as pessoas de uma comunidade, e não regras que determinem como se deve falar (FARACO, 2008, p. 40).

Norma culta é um conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita e designa a variedade utilizada pelas pessoas que possuem mais contato com a cultura escrita (FARACO, 2002). No Brasil, comumente, são consideradas falantes de norma culta, as pessoas que cursaram e se formaram no Ensino Superior (BAGNO, 2002, p. 185; LUCCHESI, 2002, p. 65).

A norma padrão no Brasil teve sua origem no século XIX, quando a elite dominante da sociedade, desejando criar um país branco e europeizado, intencionou “*neutralizar e controlar a variação linguística*”, desconsiderando a variedade multicultural e dialetal que compunha a população brasileira (FARACO, 2002, p. 40).

Nesse intuito de estabelecer o padrão, foi determinado que essa norma teria como modelo a língua utilizada por escritores portugueses, o que indica que essa escolha não foi apenas linguística, foi uma escolha ideológica e política, pois usar uma variante do português de Portugal significaria afastar-se da mestiçagem e do primitivismo do Brasil.

Essa repulsa da elite brasileira por seu próprio modo de falar demonstra a perpetuação no tempo desse espírito colonialista, que se recusa a valorizar o que é “*autóctone*”, que é considerado como primitivo e incivilizado (BAGNO, 2002, p. 180).

A norma padrão é carregada de preconceitos em relação às demais variedades e tem como objetivo – como o próprio nome diz – a padronização da língua, considerando tudo o que é diferente a ela como errado (FARACO, 2002). Essa norma favorece a permanência de uma política linguística monolíngue, pois “é uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real paraservir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização linguística” (FARACO, 2008, p. 73).

Historicamente, a tentativa de padronizar a língua teve início na Grécia antiga, no século III a. C. Nesse período a padronização da língua tinha o objetivo de preservá-la das mudanças pelas quais o

grego estava passando ao longo do tempo e nos lugares em que era utilizado (BAGNO, 2004). O estabelecimento da norma padrão foi feito sob dois equívocos: primeiro, a super valorização da escrita em detrimento da fala, a qual representa o uso real da língua; e segundo, encarar as mudanças linguísticas como deterioramento e corrupção da língua ao invés de simples mudanças.

A imposição da norma padrão favorece o surgimento do processo de exclusão social através da linguagem, pois

[...] o prescritivismo tradicional acha-se associado à sobrevivência de estruturas sociais e esquemas de valores autoritários e discriminatórios e repousa num emaranhado de preconceitos que afinal convertem a variedade padrão num elemento chave da hegemonia e do controle em mãos de um grupo de prestígio e a tornam um pesado fardo de exclusão sociocultural (MONTEAGUDO, 2011).

O linguista Marcos Bagno (2002, p. 185) afirma que há no Brasil a “*norma padrão luzitanizante*”, usada como instrumento de repressão, policiamento e prescrição dos usos linguísticos, que desconsidera toda variação que não siga as regras impostas pela padronização.

II O preconceito linguístico

Algumas variações regionais de pronúncia, especialmente as praticadas por falantes nordestinos e as gírias de grupo são consideradas de menor prestígio e relacionadas a estratos sociais menos privilegiados, o que reforça a discriminação típica de sociedades hierarquizadas. Esses tipos de variações acabam sofrendo duplamente o preconceito, o linguístico e o social, sendo que essa marca de discriminação termina por influenciar negativamente a identidade dos seus falantes. A gíria, por ser relacionada a classes pouco cultas e a grupos marginalizados, sempre foi cercada por preconceito linguístico, decorrente de um problema mais amplo, o preconceito social (BAGNO, 2004), advindo do pouco prestígio social que gozam os supostos falantes de gíria (detentos, moradores de rua, toxicômanos, pessoas iletradas, entre outros).

Devido à hierarquia dos grupos sociais, as variedades linguísticas destacam a posição social de seus falantes, consideradas superiores ou inferiores, e a diferença de posições no tabuleiro social faz surgir atitudes e comportamentos preconceituosos em relação a variedades da língua que fogem à regra padrão.

Segundo Marcos Bagno:

O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe, uma única língua portuguesa digna de ser aceita, ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas normativas e catalogadas nos dicionários e qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente (BAGNO, 2004, p. 38).

Monteiro (2000, p. 65) aponta o fato de que “*um dos preconceitos mais fortes numa sociedade de classes é o que se instaura nos usos da linguagem*” e reforça que uma variação linguística pressupõe valor social, ou seja, variantes empregadas por falantes de estratos mais baixos da população em grande parte são estigmatizadas; todavia, à proporção que essas variantes passam a ser usadas por outros grupos, o estigma vai diminuindo até deixar de existir completamente, se aceita pela classe dominante.

III A gíria

Todas as línguas mudam gradualmente com o tempo, de forma que o falante, às vezes, nem percebe essa mudança. Por exemplo, antigamente, não era frequente o uso de gírias e os indivíduos sempre utilizavam uma fala mais polida, mais formal. Atualmente com o excesso de informação presente na sociedade, a fala está cada vez mais reduzida, pois os avanços tecnológicos estão inseridos em todos os afazeres do indivíduo e, desta forma, o sujeito procura sempre utilizar formas reduzidas e signos diferentes para a comunicação diária, na compreensão e fluidez da fala. É a chamada economia linguística, que segundo Bagno (2011) é um termo que engloba uma gama de processos que se caracterizam por representar mecanismos de mudança que tentam reagir positivamente a dois impulsos: (a) poupar a memória, o processamento mental e a realização física da língua,

eliminando os aspectos redundantes e as articulações mais exigentes; (b) preencher lacunas na gramática da língua, de modo a torná-la mais eficiente como instrumento de interação sociocomunicativa.

Por se encontrar à margem do que se considera norma padrão ou culta, a gíria é uma das variações de língua que mais sofre discriminação e preconceito linguístico, e seu uso tem fins diversos: o falante pode usá-la para se entender no interior do grupo, for entendido e identificado pela sua comunidade ou para a realização pessoal, dando ao seu grupo uma auto afirmação (PRETI, 1984, 1998). É como se o falante criasse uma identidade linguística para diferenciar o seu grupo.

Esse tipo de variação é um fenômeno linguístico que abrange dois tipos de linguagem: a gíria de grupo e a gíria comum. A primeira é utilizada por grupos fechados que têm um comportamento diferente dos demais: quem não pertence a esse grupo não compreende os signos linguísticos usados, cuja finalidade é justamente resguardar a identidade linguística do grupo. São termos criados a partir de um vocabulário comum, com alteração de sentido, que permitem que este grupo expresse oposição aos valores tradicionais da sociedade, tornando seus termos um jogo de adivinhação às pessoas externas ao grupo (PRETI, 1984, 1998).

A gíria comum ocorre quando uma gíria de grupo se expande e passa a fazer parte do léxico popular, sendo usada para passar uma imagem de modernidade, quebrando a formalidade e possibilitando uma identificação com os falantes jovens. Este tipo de gíria é usado por todas as camadas sociais e faixas etárias, deixando de ser vistas como ignorância, falta de leitura ou falta de escolaridade do falante (PRETI, 1984).

Além de serem caracterizadas pela apropriação de determinadas palavras com significados diferentes do sentido original, através do uso de metáforas, as gírias também são fonte de produção de palavras novas, neologismos¹, ou atribuem novas significações a palavras já existentes.

Os membros de um determinado grupo fechado buscam nessa linguagem uma forma de impor diferenças entre o seu meio social e os

¹Neologia lexical é a possibilidade de criação de novas unidades lexicais em virtude das regras de produção incluídas no sistema lexical.

demais meios da comunidade, como um mecanismo de defesa e de identificação de grupos (PRETI, 1984, 1998), sendo que a exclusão social está intimamente relacionada com o maior uso de gírias, pois

[...] quando se trata da história da gíria, conhecê-la significa penetrar no mundo da marginalidade, na vida dos grupos excluídos da sociedade pela sua própria condição de pobreza ou pelas suas atividades peculiares (não raro ilícitas), os quais buscam com a criação de um vocabulário criptológico uma forma de defesa de suas comunidades restritas. Mas, por outro lado, historicamente, são os mesmos motivos de preservação e segurança que fizeram com que comerciantes ambulantes, mascates, na Idade Média, criassem seus próprios códigos secretos de identificação. E essa gíria da marginalidade e do comércio se mistura também à de um povo surgido na Índia, historicamente discriminado, os ciganos, que, com sua vida nômade, espalharam seu vocabulário em várias áreas da Europa e, posteriormente, da América (PRETI, 2006, p. 242).

Para Cabello (1991, p. 19) a gíria “*não é uma linguagem independente, mas uma forma parasitária da língua comum*” e suas maiores alterações se dão no aspecto semântico pelo uso de metáforas, sendo uma das suas características principais a tematização em torno dos problemas humanos e das preocupações em relação ao cotidiano da vida dos falantes.

Consideradas como signo de grupo fechado, algumas gírias e seus falantes são comumente estigmatizados e postos à margem da sociedade. Presidiários, trabalhadores de portos, grupos armados criminosos, moradores de rua, viciados em drogas, traficantes, grupos de apreciadores do rap, do funk, são alguns exemplos de grupos que utilizam as gírias como forma de comunicação do cotidiano e que acabam sendo identificados pelo uso social que fazem da linguagem.

No dicionário Houaiss (HOUAISS & VILLAR, 2009, p. 971), gíria, em sua primeira acepção, significa “*linguagem informal caracterizada por um vocabulário rico em idiomatismos metafóricos, jocosos, elípticos, ágeis e mais efêmeros que os da língua tradicional*”. Na terceira definição de gíria, este dicionário considera como “*língua de marginais[...]*”.

O dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010, p. 379) aborda a gíria, em sua primeira acepção, como “*linguagem de malfeitores e*

malandros” e na segunda definição se refere a “linguagem que, nascida em certo grupo social, termina estendendo-se à linguagem familiar”.

Antenor Nascentes em seu *Dicionário Básico do português do Brasil* (NASCENTES, 1949, p. 350) também define gíria como “linguagem dos malfeitores, dos malandros”.

O *Dicionário escolar de língua portuguesa Michaelis* (MICHAELIS, C. W.; MICHAELIS, 2008, p. 418) a conceitua como “linguagem especial usada por certos grupos sociais pertencentes a uma classe ou a uma profissão; jargão”.

Antônio Geraldo da Cunha no seu *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa* (DA CUNHA, 1997, p. 386) trata esse tipo de variação como “linguagem peculiar a um grupo (profissional, étario, socioeconômico), a qual se caracteriza pela plasticidade e informalidade”.

Trask (TRASK, 2004, p. 124), em seu *Dicionário de Linguagem e Linguística*, assinala que a gíria é “uma forma linguística informal e frequentemente e fêmera”. Além disso, é exposto pelo autor que as expressões de gíria costumam ser introduzidas por membros de um grupo social particular; podem continuar sendo típicas desse grupo e servir como uma de suas marcas de identidade ou, ao contrário, tornar-se mais amplamente conhecidas e usadas.

A *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa* (CEGALLA, 1985, p. 535) aborda a gíria na categoria de língua popular, definindo-a como um tipo de fala espontânea e fluente, que se apresenta sempre rebelde à disciplina gramatical e composta de termos vulgares. Essa gramática considera que quanto mais incultos os falantes, mais incorretas são as expressões desse tipo de linguagem.

A *Gramática Normativa da Língua portuguesa* (DA ROCHA LIMA, 1972, p. 4-5) trata o termo gíria como “língua especial” de grupos socialmente organizados, com uma “educação idiomática deficiente”.

Evanildo Bechara em sua *Moderna Gramática Portuguesa* (BECHARA, 1999, p. 351) conceitua gíria como um fenômeno de renovação lexical, em que uma dada comunidade linguística toma de empréstimo palavras de outra comunidade dentro de uma mesma língua.

IV Resultados e Discussão

Ao abordar a gíria, Cegalla (CEGALLA, 1985, p. 535) a trata como um tipo de linguagem espontânea, natural, dentro de uma categoria de linguagem considerada popular, e incompatível com as normas gramaticais. Esse autor, ao considerar essa variação linguística como relacionada a classes incultas, acaba favorecendo a ideia de gíria como uma espécie de linguagem inferior à norma padrão, o que pode vir a colaborar para que a aura de preconceito e discriminação ainda vigore em torno dos falantes desse tipo de linguagem.

Da Rocha Lima (DA ROCHA LIMA, 1972, p. 4-5) define o termo gíria de uma forma menos estigmatizada ao tratá-la como “língua especial” de determinados grupos sociais, ou seja, como mais um tipo de variação linguística do português, mas ao utilizar o termo “educação idiomática deficiente”, esse autor também favorece que a discriminação e o preconceito ainda vigorem em torno desse tipo de linguagem, pois o termo “deficiente” sugere que haja uma eficiência esperada no uso da linguagem, eficiência essa relacionada ao domínio e uso da norma culta ou padrão.

Na Moderna Gramática Portuguesa, Bechara (BECHARA, 1999, p. 351) aborda a gíria de uma maneira menos estigmatizada, pois considera essa variação como parte de um processo de surgimento de novas palavras, em que um grupo de falantes adquire outras formas de expressão vindas de outros grupos de falantes.

O dicionário Houaiss (HOUAISS & VILLAR, 2009, p. 971), ao conceituar gíria, considera o processo de formação desse tipo de linguagem, ao utilizar o termo “idiomatismos metafóricos”, pois de acordo com Cabello (1991) as maiores alterações da gíria se dão no aspecto semântico pelo uso de metáforas e uma das suas características principais é a tematização em torno dos problemas humanos e das preocupações em relação ao cotidiano da vida dos falantes. Este Dicionário só apresenta o conceito de gíria como linguagem de malfetores em sua terceira acepção diferentemente do Aurélio, que a coloca como primeira acepção e só apresenta a ideia de gíria como dialeto de um grupo social, sem uma conotação pejorativa, em sua segunda acepção.

A primeira definição de gíria segundo o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010, p. 379) oferece uma visão desse tipo de linguagem

diretamente relacionada à criminalidade e marginalidade social quando a trata como “linguagem de malfeitores e malandros”, que utilizam tal linguagem como um código para não ser decifrado por outros grupos. Esse tipo de definição contribui para que persistam em torno da gíria atitudes de discriminação e preconceito linguístico, pois relaciona esse tipo de linguagem com grupos mal vistos e transgressores da ordem social.

O Dicionário de Linguagem e Linguística (TRASK, 2004, p. 124) trata do tema pelo viés informal do uso desse tipo de variação e caracteriza a gíria como uma linguagem passageira, de curta duração, normalmente originada no interior de certos grupos e que pode ultrapassar os limites desse grupo e alcançar outros grupos de falantes, perdendo a característica de gíria de grupo, e ao tornar-se léxico popular, adquire a característica de linguagem comum.

O Dicionário de Antenor Nascentes (NASCENTES, 1949, p. 350) trata a gíria da mesma forma que o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010, p. 379) ao defini-la como linguagem de pessoas de má vida, o que pode contribuir para reforçar o estigma que essa linguagem carrega.

A abordagem do Dicionário Michaelis (MICHAELIS, C. W.; MICHAELIS 2008, p. 418) se aproxima da definição do Dicionário Etimológico (DA CUNHA, 1997, p. 386), pois ambos os dicionários relacionam esse tipo de linguagem a um determinado grupo social ou profissional, sendo que o segundo evidencia o aspecto informal de seu uso e destaca a maleabilidade dessa linguagem. Ambas as abordagens não apresentam um viés de inferioridade ou pejorativo da gíria.

Das três Gramáticas consultadas apenas Bechara (BECHARA, 1999, p. 351) trata a gíria como um tipo de variação relacionada ao processo de formação de novas palavras, não conferindo a essa linguagem um valor inferior com relação à norma padrão da língua portuguesa.

Os outros dois gramáticos (CEGALLA, 1985, DA ROCHA LIMA, 1972), ao relacioná-la a classes incultas e à educação idiomática deficiente, contribuem para que a gíria continue sendo tratada com uma linguagem relacionada à falta de cultura e proficiência de seus falantes, colaborando com isso para a ideia de existe uma língua ideal, correta, que esteja acima dos demais tipos de variações, reforçando uma política de monolinguismo, que

tradicionalmente sempre valorizou o estudo e uso da língua padrão, aquela regida pelas normas gramaticais, não deixando espaço para esstetipo de variação linguística, pois alguns estudiosos da língua como linguistas, gramáticos, filólogos, ensaístas, doutores e bacharéis em letras ainda a consideram como linguagem sem expressão.

Dos seis dicionários consultados, Trask (TRASK, 2004), o etimológico (DA CUNHA, 1997) e Michaelis (MICHAELIS, C. W.; MICHAELIS 2008) não apresentaram uma definição estigmatizada de gíria como um tipo linguagem inferior às demais variações de língua, e por outro lado, Aurélio (FERREIRA, 2010), Nascentes (NASCENTES, 1949) e Houaiss (HOUAISS, A., & VILLAR, M. D. S., 2009) a trataram como diretamente relacionada a grupos infratores da ordem e da lei.

Percebe-se que dentre os autores comparados, os mais tradicionalistas situam a gíria numa posição marginal, inferior às regras impostas pela norma padrão e culta, o que demonstra uma visão de língua como sistema imutável, que desconsidera e discrimina as variedades que não correspondem ao seu ideal de língua.

Através das definições acima, percebe-se que a gíria continua sofrendo os efeitos do processo de marginalização, recebendo um tratamento estigmatizado por muitos estudiosos. Para o estudioso da gíria João Bosco Serra (2005) a importância da gíria é ignorada pelos estudiosos, que fingem desconhecer que esse tipo de variação é a segunda língua dos brasileiros.

Mesmo tratada por alguns estudiosos como uma forma da língua praticada por grupos marginais, a gíria é fundamental para atender as necessidades de um grupo da sociedade cujos elementos tenham interesses afins, pois segundo Marcos Bagno (2004), uma sociedade democrática não pode desconsiderar que modos de falar dos diferentes grupos sociais constituem elementos fundamentais da identidade cultural da comunidade e dos indivíduos.

Considerações finais

A língua tem grande importância na identificação de um povo, por representar a realidade da comunidade que a utiliza e não fica mais pobre com as variações, pelo contrário, mais rica fica uma língua quanto mais falada ela é, quanto mais atender às necessidades dos

falantes, pois vai se transformando de acordo com os fenômenos sociais e com as exigências da comunidade.

Como a língua reflete as transformações sociais de uma comunidade e a parte da língua mais sensível a esse dinamismo é o léxico, o fato de uma grande quantidade de gírias de grupo migrarem para a linguagem comum reflete certa flexibilização dos costumes sociais e, uma maior integração entre os interlocutores é cada vez mais usada na comunicação, principalmente se o caráter da interlocução é descontraído.

O entendimento da relação entre língua e fatores sociais favorece a compreensão sobre a origem e uso das variações linguísticas, permitindo a desconstrução de preconceitos e uma mudança de postura em relação à predominância de uma política monolíngue que prega o uso da norma padrão, e pode contribuir para a elaboração de futuras políticas linguísticas que levem em consideração o caráter pluricultural e multilíngue da sociedade atual e a coexistência entre variantes linguísticas e normas padrão e culta.

Para a Sociolinguística, não existe um único código linguístico absoluto que deva nortear a fala de todos porque a própria variedade linguística reflete a variedade social, e dentro de uma variação, uma sentença pode não estar de acordo com as normas gramaticais propostas pela norma padrão, mas pode estar linguisticamente correta, pois realiza uma comunicação efetiva. Nesse sentido, os estudos sociolinguísticos oferecem valiosa contribuição no sentido de destruir preconceitos e de relativizar a noção de erro, ao buscar descrever o padrão real que a escola, por exemplo, procura desqualificar e banir como expressão linguística natural e legítima (MOLLICA, 2003).

O que é chamado de erro, em muitas ocasiões, nada mais é que um processo de transformação da língua, que realiza a substituição de uma forma tradicional, regida pela norma padrão, por outra mais simplificada, que atenda melhor as necessidades sociais dos falantes. A concepção de línguas como realidades homogêneas e estáticas há muito foi abandonada, pois estudos mostram que, ao contrário, as línguas são dinâmicas, sofrem variações e se transformam com o tempo, com o uso e, apesar de estarem sempre em movimento, as línguas continuam oferecendo recursos capazes de atender plenamente às necessidades do falantes, sem perder o caráter de sistema estruturado e organizado (FARACO, 2005).

Portanto, fica clara a necessidade de se desfazer os comportamentos preconceituosos e discriminatórios com relação aos usos da língua, sendo as consequências destes, nocivas à cultura brasileira e ao ensino de qualidade, pois tratar da norma culta e padrão, não significa dizer que se deve escrever como se fala, e sim, escrever de acordo com os diversos contextos sociais relacionados aos vários tipos de usos da língua, levando-se em conta a dinamicidade e a evolução presente em todas as línguas que permitem inúmeras possibilidades aos falantes.

Espera-se que este trabalho possa contribuir para a luta contra o preconceito e discriminação social pela linguagem, possibilitando reconhecer que os falantes de diferentes variedades linguísticas têm o direito de conhecer a norma padrão sem, contudo, deixar de praticar as variedades de suas culturas. E que isso possa favorecer sua maior participação na vida pública e política, pois a gíria é mais um recurso que o falante pode utilizar na comunicação diária, por favorecer a aproximação dos interlocutores em uma dada interação e possibilitar obtenção do efeito semântico desejado.

Referências

BAGNO, Marcos. **Linguística da norma**. Edições Loyola, 2002.

_____. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 29 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BAKHTIN, Mikhtin. Língua, fala e enunciação. **BAKHTIN, Mikhtin. Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1995.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**: Edição revista e ampliada. Ed. Lucerna, 1999, p. 351.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1989.

CABELLO, Ana Rosa Gomes. Processo de formação da gíria brasileira. **Alfa**: Revista de Linguística, São Paulo, v. 35, p. 19-53, 1991.

CARVALHO, Castellar de. **Para compreender Saussure**: fundamentos e visão crítica. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa, com numerosos exercícios**: para os alunos do curso fundamental (5a./8a. séries do ensino de 1o. grau) e para todos os estudiosos da língua nacional. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 1985. 535 p.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 386 p.

DA ROCHA LIMA, Carlos Henrique. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1972.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: Marcos Bagno (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 37-61, 2002.

_____. **Linguística Histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

_____. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2010.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário da língua portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, M. (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 63-92.

MICHAELIS. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

MONTEAGUDO, Henrique. Variação e norma linguística: Subsídios para uma (re)visão. In: BAGNO, Marcos; LAGARES, Xoa C.; (Org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011. p. 43.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza. (Org.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9-14.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário básico do português do Brasil**. 3. ed., São Paulo: Livraria Martins Ed., 1949.

PRETI, Dino. **A gíria e outros termos**. São Paulo: Queiroz Edusp, 1984.

_____. A gíria na sociedade contemporânea. **Língua, linguística e literatura**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

_____. **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. v. 04.

SERRA, João Bosco. **Dicionário de gíria: modismo linguístico o equipamento falado do brasileiro**. Brasília: J.B. Serra & Gurgel, 2005.

SILVA, Fábio Lopes da; MOURA, Heronides Maurílio de Melo. **O direito à fala: a questão do preconceito linguístico**. Florianópolis: Insular, 2000.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. São Paulo: Contexto, 2004.

Recebido em: 05/07/2017

Aceito em: 22/08/2017